

HABEAS CORPUS Nº 536.385 - SP (2019/0292405-2)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **KARINA PETRATTI NASCIMENTO DE MORAES E OUTRO**
ADVOGADOS : **AREOVALDO ALVES - SP055981**
 : **KARINA PETRATTI NASCIMENTO DE MORAES - SP206250**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **ADILSON FERNANDES DAS NEVES**
PACIENTE : **JOAO CORREIA DA SILVA NETO**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. CRIME DE TORTURA. CONDENAÇÃO. EXECUÇÃO DA PENA ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO MAIS ATUAL DO STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

Ordem concedida nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Adilson Fernandes das Neves e João Correia da Silva Neto** contra ato coator da Sexta Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou provimento aos apelos defensivos, mantendo a sentença condenatória (fls. 27/37 – Apelação Criminal n. 0012860-16.2012.8.26.0292).

Ao alegar constrangimento ilegal no acórdão, visto que a Corte estadual, após o julgamento do recurso defensivo, determinou a expedição de mandado de prisão contra os pacientes, a defesa impetrou o presente *writ*.

Aqui, a defesa destaca que *determinar a expedição do mandado de prisão antes mesmo da intimação da defesa, na forma legal, viola diretamente o entendimento sufragado no HC n. 126.292, e também o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça* (fl. 5).

Requer, assim, a concessão liminar da ordem *em favor dos pacientes, para determinar que aguardem em liberdade a tramitação dos recursos eventualmente interpostos ou subsidiariamente, o exaurimento da jurisdição do Tribunal de origem* (fl. 12).

Superior Tribunal de Justiça

À época, a liminar foi deferida para suspender os efeitos do acórdão hostilizado, bem como determinar o recolhimento do mandado de prisão ora expedido, assegurando aos pacientes o direito de permanecerem em liberdade até o **esgotamento das vias ordinárias**.

Informações prestadas às fls. 47/51 e 54/67.

O Ministério Público Federal emitiu parecer pela perda do objeto do *writ*, destacando que *consta dos autos informação prestada pelo magistrado de primeiro grau no sentido de que há decisão liminar do STF que determinou a suspensão dos mandados de prisão em desfavor dos pacientes* (fl. 72).

É o relatório.

A ordem deve ser concedida.

De fato, em julgamento realizado no dia 7/11/2019, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar as Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, n. 44 e n. 54, por maioria, decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena.

Em face do exposto, **concedo** a ordem para assegurar aos pacientes o direito de aguardarem o trânsito em julgado da condenação em liberdade, salvo prisão por outro motivo, podendo o Magistrado singular, desde que existam elementos concretos para tanto, decretar a prisão preventiva, fundamentadamente.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator